

Juízes do Trabalho adotam WhatsApp na conciliação de conflitos

A Justiça do Trabalho de São Paulo adotou na semana passada uma ferramenta digital – o aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp – para realizar acordos e solucionar as causas trabalhistas da Região Metropolitana da capital paulista.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) passou a cadastrar as partes em conflito e os advogados em grupos de conversa para debater propostas de acordo. A estratégia dispensa a presença das duas partes em conflito e encerra a ação em menos tempo – uma ação na Justiça do Trabalho pode levar, em média, três anos e 11 meses para chegar ao fim, quando envolve execução. Pelo menos outros três tribunais também praticam a conciliação no meio virtual.

Antes de a prática ser institucionalizada pelo TRT2, algumas unidades judiciais da corte isoladamente realizavam conciliações virtuais. No último dia 3 de agosto, na 5ª Vara do Trabalho

de São Bernardo do Campo, município da Grande São Paulo, duas partes em conflito chegaram a um acordo após dois dias de negociação em um grupo de WhatsApp.

Uma audiência presencial serviu apenas para formalizar a composição. Em outro caso que acabou resolvido com a ajuda do aplicativo, uma das partes em disputa estava na África do Sul. Após a criação de um grupo de WhatsApp, as negociações levaram uma hora para serem concluídas.

A estratégia simplifica a busca de um consenso e evita que ações judiciais se acumulem. O TRT2, por exemplo, recebe 2,130 mil novos processos por dia. As estatísticas do Justiça em Números, anuário estatístico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registravam a marca de 752 mil processos sem solução no fim de 2015. Ao longo de um ano, cerca de quatro milhões de causas são apresentadas nos órgãos da Justiça do Trabalho em todo o país, enquanto cinco milhões terminam o ano sem solução.

De acordo com a coordenadora do Movimento Permanente pela Conciliação e conselheira do CNJ, Daldice Santana, embora não exista regulamentação específica para o uso de WhatsApp em conciliações, a legislação existente respalda a prática. Uma interpretação do artigo 46 da Lei 13.140, de 2015, conhecida como Lei de Mediação, prevê que a prática da mediação seja feita via internet ou outro meio de comunicação que permita o acordo à distância. O novo texto do Código de Processo Civil, vigente desde 2016, avaliza audiências de conciliação ou de mediação em meio eletrônico.

Segundo a conselheira Daldice, uma regulamentação mais específica do Poder Judiciário para a prática tem o risco de se tornar ultrapassada diante da constante evolução tecnológica. “A conciliação e a mediação trabalham com o diálogo facilitado pelo uso da comunicação. E a comunicação é um processo dinâmico. Por isso, uma regulamentação específica para o uso

do aplicativo WhatsApp poderia significar uma certa defasagem frente a esse processo dinâmico da evolução dos meios de comunicação”, disse.

Reconhecimento nacional

Embora a conciliação via WhatsApp não seja regulamentado pelo CNJ, pelo menos outros três tribunais já utilizam o mesmo procedimento em conciliações. A prática já valeu o Prêmio Conciliar é Legal à servidora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Crystiane Maria Uhlmann, que promove a conciliação virtual com aplicativos, como o WhatsApp e o Skype, para facilitar a obtenção de acordos. A servidora se inspirou em práticas semelhantes de juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15), que trata de demandas trabalhistas da Região Metropolitana de Campinas/SP.

Uma magistrada do TRT15, a juíza Ana Cláudia Torres Viana ganhou em dezembro do ano passado a menção honrosa na categoria Juiz do XIII Prêmio Inovare pelo uso do aplicativo de conversa como instrumento de diálogo entre litigantes. A primeira audiência nesses moldes aconteceu em junho de 2016 e, desde então, o índice de conciliação é superior a 80%, de acordo com a juíza.

Resultados

No Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), em que tramitam as ações trabalhistas do Pará e do Amapá, o aplicativo é utilizado desde agosto de 2016, quando a advogada de uma das partes em litígio faltou à audiência de conciliação. O juiz do Trabalho Substituto, Deodoro Tavares, então contactou a responsável pela causa pelo WhatsApp e encaminhou a proposta de conciliação, que acabou aceita. O acordo firmado resultou no pagamento de R\$ 86 mil, além de R\$ 17 mil para encargos previdenciários, para o cliente da advogada e autor do processo.

Fonte: CNJ

Limitação judicial de honorários contratuais é tema de reunião da Subseção de Feira de Santana com a OAB



O Diretor da Subseção Judiciária Feira de Santana, Eudócio Cêspedes Paes, juntamente com os juizes federais Marcel Peres de Oliveira e Robson Silva Mascarenhas, reuniram-se com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Feira de Santana.

Foram tratados alguns temas importantes durante o encontro, a exemplo da limitação judicial de honorários contratuais em causas previdenciárias levada a efeito pelo juízo da Terceira Vara daquela Subseção.

Durante a reunião foi pontuado que a adoção de medidas correccionais perante o Conselho Nacional de Justiça como forma de intimidar membros do Poder Judiciário em decorrência de seus pronunciamentos judiciais seria medida de cunho antidemocrático e contraproducente, uma vez que o próprio Conselho Nacional de Justiça já decidiu que a parte prejudicada pode manejar recursos para provocar a revisão de decisões judiciais pela instância superior.

Prazo de entrega do Inventário 2017

O prazo para que as unidades responsáveis por bens patrimoniais apresentem as documentações relativas ao Inventário se encerra na próxima sexta-feira, 15.

Aniversariantes

Hoje: Alberto Silva Coelho (NUCJU), Heber Freire Santos (Ilhéus), Luiz Gutemberg Lopes (NUCJU), Zilmácia de Araújo Pimentel Mendes (Guanambi), Sérgio da Silva Costa (Itabuna) e Alecio Cunha Silva de Carvalho (12ª Vara). **Amanhã:** Paulo Galvão de Amorim (NUCJU), Susana Lucia Pinto Araújo (11ª Vara), Tássis Almeida Caíres (Vitória da Conquista), Américo Costa Pimenta de Almeida (Turma Recursal) e Andre Coutinho de Sá Oliveira (Turma Recursal).

Parabéns!

PAe-SEI 3.0: sistema comemora terceiro ano de implantação



O Processo Administrativo Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região, iniciado a partir da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (PAe-SEI), em 2014, completa neste mês de setembro três anos de vigência na Justiça Federal da 1ª Região. Para comemorar, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) está lançando nesta segunda-feira, dia 11, uma campanha para apresentar e explicar as novas funcionalidades da versão 3.0 do sistema, disponibilizada na Primeira Região em janeiro deste ano.

Agora, a *hotpage* do SEI na página do Tribunal será atualizada com a disponibilização de um guia do usuário SEI 3.0, dicas e respostas às dúvidas mais frequentes dos colaboradores, passo a passo dos procedimentos mais comuns e, ainda, normas que regem o funcionamento do programa. Ao longo da campanha, os usuários do SEI na Primeira Região também receberão e-mails explicativos e ficarão por dentro das principais informações sobre o PAe-SEI, que serão replicadas para as seccionais da Primeira Região. SEI - Há três anos fazendo a diferença no seu dia a dia. Acompanhe!

Fonte: TRF1

Cardápio dos restaurantes para quinta-feira

Restaurante Gradin Grill (Sede) • Cozido, Moqueca de Ovos, Galinha ao Molho Pardo, Peixe ao Molho, Fusilli ao Molho de Salmão, Torta de Maçã, Panqueca de Carne.

Obs.: Sujeito a pequenas alterações.

Restaurante Pupo (JEFs) • Bife a Cavalo, Panqueca de Frango, Frango Grelhado, Bolinho de Peixe, Bisteca, Talharim a Carbonara, Almôndega de Soja, Torta de Alho Poró, Enroladinho de Salsicha.

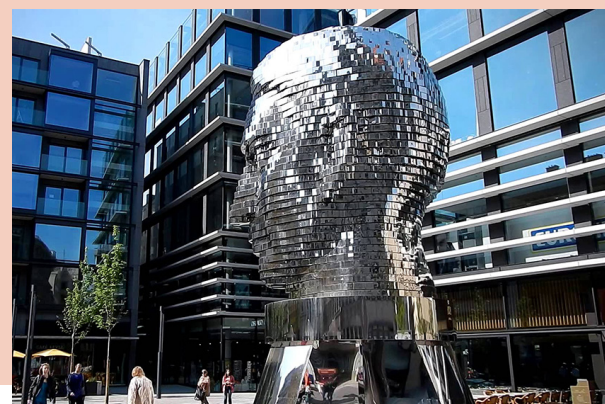


K on Sun, de David Černý

Quem vai a Praga fica encantado com uma obra de arte tridimensional que tem chamado a atenção do mundo: a escultura cinética da cabeça do escritor Franz Kafka, criada pelo artista checo David Černý.

Batizada de “K on Sun”, a obra, posicionada ao lado da companhia de seguros onde Kafka já trabalhou e em frente à prefeitura da cidade, foi a maneira que Černý encontrou para falar sobre o desemprego que assola o país.

“É para você lembrar de Kafka quando estiver totalmente frustrado pela incompetência dos empregadores”, disse o artista responsável pela construção da obra de 11 metros, que tem 42 camadas independentes de aço, pesa 45 toneladas e está em constante movimento.



Além de “K on Sun”, Černý também possui outra escultura similar em frente ao prédio Whitehall, na cidade de Charlotte, Carolina do Norte. “METALmorphosis” possui 7,6 metros de altura, pesa 14 toneladas de aço inoxidável e ainda jorra água pela boca, pois foi construída em cima de uma fonte.

EXPEDIENTE ► **Coordenação-Geral:** juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. Edição eletrônica encaminhada para mais de 1.000 e-mails. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41219-400 **Site:** www.jfba.jus.br. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.